

TADEU RORIZ

Saída emergencial para o desemprego

Mais de dez mil trabalhadores contratados temporariamente para prestar serviços não especializados poderão engrossar a fila de desempregados no Distrito Federal, caso o GDF não encontre em prazo hábil solução para os convênios da Novacap.

Em novembro do ano passado, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) emitiu parecer contrário à contratação de mão-de-obra por tempo determinado. O Governo do DF conseguiu um entendimento temporário com o Tribunal, que permitiu a renovação dos convênios por um prazo máximo de 120 dias, que termina em março, quando é esperada uma solução definitiva para o problema.

Não creio que a proposta do Governo, se bem fundamentada, vá encontrar obstáculos no TCDF ou na Câmara Legislativa, onde deverá ser preliminarmente apreciada pelos deputados distritais.

Alguns de nossos parlamentares questionaram a legalidade dos convênios, mas o alarmante índice de desemprego registrado no DF não nos fez tirar conclusões tão simplórias.

Por essa razão, pedi ao governador, em meados de 1992, a criação de frentes emergenciais de trabalho. Num primeiro momento, o GDF chegou a instituir 50 novas pequenas obras absorvendo milhares de chefes de família e reduzindo, naquele instante, uma fila superior a 100 mil desempregados.

Ao tentar gerar mais empregos no DF, o Governo vem também restaurando a confiança da iniciativa privada em programas de desenvolvimento de Brasília. O GDF tem oferecido incentivos creditícios e econômicos, simplificando e reduzindo operações fiscais, de modo a facilitar a vida de, pelo menos, 98% das 30 mil empresas que operam sistematicamente no Distrito Federal.

Mas nem todas as iniciativas do GDF para reduzir o índice de desemprego na cidade tiveram boa acolhida. A própria criação de frentes de trabalho recebeu várias críticas na Câmara Legislativa. Tivemos argumentações fortes, com comparações inadequadas sobre a contratação direta, via convênio e não através de concursos, para trabalhos em serviços temporários e que não requerem mão-de-obra especializada.



"... nem todas as iniciativas do GDF para reduzir índice de desemprego tiveram boa acolhida".

Esses críticos recorreram até a Constituição para levemente defender a tese de que essas frentes de trabalhadores eram um disfarce para contratações irregulares.

A atitude demonstrou nada menos que uma falta de sensibilidade para a questão dos convênios ou má fé, pois em nenhum momento eu questionei a obrigatoriedade do concurso para o preenchimento de vagas no serviço público.

É necessário destacar que as funções e as necessidades do Estado estão definidas pelo texto Constitucional Federal, enquanto que a prestação de serviços não especializado, seja na área do Governo ou da iniciativa privada, deve caber às administrações locais e regionais através da contratação de empresas particulares, que têm, entre outras obrigações sociais, a criação de novas oportunidades de trabalho.

Os convênios seriam realmente uma aberração, se o Estado não adotasse essa política como uma complementação de uma função que deveria ser exclusivamente da iniciativa privada, qual seja: a prestação de serviços de jardinagem, de construção civil, pequenas obras de urbanização e outros similares.

Talvez esteja aqui uma das razões por que o estado brasileiro tenha sua vida tão complicada. A maior parte do esforço da administração pública está voltada para o gerenciamento de um grande contingente de mão-de-obra não especializada e que nada tem a ver com as funções do Estado.

Portanto, qualquer retórica que não traga uma contribuição efetiva e plausível para a solução do problema do desemprego e, por consequência, dos convênios, resultará em prejuízos para os trabalhadores contratados, e para a cidade.

A esperada proposta do Governo para a questão dos convênios será fundamental para milhares de trabalhadores, chefes de família, que não têm como oferecer outro tipo de contribuição aos programas de consolidação do processo de desenvolvimento do Distrito Federal senão oferecendo a sua força de trabalho.

■ Tadeu Roriz é deputado distrital pelo PP